

Sr. Presidente da AM e Srs. Membros da AM

Sr.^a Presidente da CM e Srs. Vereadores da CM

Caros companheiros do dia 12 de Dezembro de 1976

Caros Amigos lacobrigenses aqui presentes

Esta é uma noite de emoções e de reencontros. Compreenderão, pois, que me situe essencialmente no mandato resultante das eleições de 12 de Dezembro de 1976.

“O fundamental para qualquer compreensão das revoluções, na era moderna, é a convergência entre a ideia de liberdade e a experiência de um novo início” escrevia Hanna Arendt.

A comemoração do quadragésimo aniversário das primeiras eleições locais democráticas é o tempo certo para a memória de tempos de calor político e social que invadiu o país, quando, em Abril de 1974, a razão militar impôs aos políticos de então a razão da política.

Após dois anos de vivência revolucionária, em Abril de 1976, Portugal tinha a sua primeira Constituição de regime democrático.

Depois de estruturada a arquitetura constitucional, realizaram-se, em 12 de Dezembro de 1976, as primeiras eleições autárquicas democráticas.

Em Lagos, como no País, a razão eleitoral encerrou a agitação dos verões quentes e dos receosos invernos.

Desse dia, continua viva a pergunta de como foi possível que homens e mulheres, normais como nós, tivessem sido eleitos para administrar e gerir a sua Cidade e o seu Concelho?

A resposta hoje parece simples. Só um poder democrático poderia inventar essa possibilidade.

E, assim, aconteceu no dia 12 de Dezembro de 1976. A Câmara eleita iria tomar posse a 3 de Janeiro 1977, iniciando, nesse dia, o processo de gestão democrática da Cidade.

Mas, para todos os eleitos, o 12 de Dezembro não foi só uma chegada; foi antes a meta de partida para uma nova caminhada, a da vencer os atrasos históricos e a escassez socioeconómica que pendiam sobre uma população local que, desde séculos, estava arredada da gestão do seu destino.

Regressemos à memória desse dia. Dos que foram eleitos em 12 de Dezembro e que fizeram parte da primeira Câmara Municipal, mas que já partiram, não podemos deixar de recordar, com grata memória, o João da Costa Rei e o Rogério Mascarenhas; dos vivos, daqui saudamos a professora Francelina Bomba, o João Cascada, o José Manuel Freire e o Silvino Borrvalho, cuja amizade, cimentada no fervor político, ainda hoje nos aproxima. E cuja presença hoje aqui me enche de imensa alegria.

Fizemos, nesse mandato, uma boa equipa, dialogante e leal, na pesquisa contínua de soluções para a situação política, social e económica que encontrámos, e assim pudéssemos dar início a um projeto novo de Cidade e de Município.

O primeiro mandato foi, verdadeiramente, “a experiência de um novo início” da gestão do poder local em Lagos. Fizemos, então, a gestação de processos

inovadores para a futura gestão municipal: reforma da estrutura administrativa local, projetos estratégicos de urbanismo e de infraestruturas gerais, nova visão cultural e social do Município.

Se sabíamos que a liberdade tinha sido o motivo fundador da Revolução de Abril, fomos aprendendo e descobrindo com o nosso trabalho que a Revolução se consolida quando se dá a “convergência entre a ideia de democracia e a experiência de um novo início”. O que a AM sempre secundou, como ouvimos aqui das palavras do representante da AM.

E foi, fundamentalmente, a atração por este novo início que impulsionou os primeiros eleitos da Câmara Municipal, durante o mandato que terminaria em fins de 1979.

Era o nosso sentimento de vivíamos um “maravilhoso mundo novo”.

Lembremos, durante o nosso mandato, dois factos determinantes para o futuro da gestão do poder local: a publicação da primeira Lei do sistema jurídico do poder local e a publicação da primeira Lei das finanças locais.

A primeira lei sobre o regime jurídico das Autarquias é publicada a 25 de Outubro, Lei n.º 79/77, quase um ano depois da nossa tomada de posse.

Por isso, e contudo, em todo o mandato, a primeira Câmara democrática foi obrigada a viver em duplicidade legal, uma vez que, supletivamente, era ainda o Código Administrativo de 1940 que determinava algumas das soluções administrativas, com naturais implicações políticas.

Já a primeira Lei das Finanças Locais é publicada só a 2 de Janeiro de 1979, Lei nº 1/79, exatamente dois anos depois da nossa tomada de posse.

É bom que nos lembremos que a Câmara de 1977 iniciou o seu mandato com um orçamento de pouco mais de 20 mil contos: 100 mil euros atuais.

Vencendo a magreza destas finanças locais, foi pela força anímica e a vontade inamovível dos eleitos da primeira Câmara que se conseguiu lançar as bases do que seria um projeto democrático de Cidade e de Concelho, com respeito pela sua história milenar.

Por isso, deixem que façamos também uma breve referência aos que ajudaram nesse esforço, para além dos eleitos: o então secretário municipal, Sr. José Vieira Cabrita, homem prudente e de bom senso, e o então diretor dos Serviços Municipalizados, o Eng. Ernesto de Sousa, empenhado e comprometido gestor dos serviços municipalizados de Lagos. Ambos, infelizmente, já nos deixaram. E para quem o Município de Lagos tem uma dívida de cidadania e de lembrança.

Feita esta breve memória, aqui nesta sala da AM, sala onde tomaram posse os membros da CM de 76, não podemos deixar de agradecer ao povo lacobrigense que, nesse dia de 12 de Dezembro de 1976, deu a sua confiança política a dezenas de candidatos que iniciariam a rutura com o poder municipal centralista e controlador.

“Sem dúvida que cada geração se supõe votada a refazer o mundo”, dizia Camus em Estocolmo, na receção do Prémio Nobel; também nós confessamos, sinceramente, que a geração de 76 supunha que estava votada a refazer o futuro da sua Cidade: e essa foi, não só a sua grande força, como a sua resposta ao dom político de poderem ser os primeiros herdeiros autárquicos da Revolução de Abril.

Quarenta anos depois, as circunstâncias, entretanto, mudaram; mudaram as necessidades da nossa população e mudaram as respostas dos nossos eleitos.

E se, em relação à Revolução de Abril, a liberdade ainda não está cercada, já a democracia se encontra em situação algo deprimida.

Ao espírito de mudança de 76, sucedem hoje momentos de inquietação. Inquietação pelas transformações socioeconómicas, sem o cabal acompanhamento da ética política e da responsabilidade social; inquietação pela decadência da representação partidária; inquietação pela desafeição do povo pela participação política, tão manifesta na crescente abstenção eleitoral.

Também as respostas dos nossos eleitos se vão mais concentrando na governabilidade da gestão municipal; contudo, a governabilidade do poder local não pode estar desfasada da representatividade eleitoral, pelo que se exige a interligação entre e dentro dos eleitos locais e entre e dentro da participação dos cidadãos.

Para tudo isto, fixe o poder local um axioma incontornável, sufragado em Dezembro de 76: só quem representa legitimamente uma sociedade pode resolver as suas dificuldades. Assim sendo, a eficácia da governabilidade do poder mais não é que um dos efeitos, entre outros, da democracia local.

E sobre o conceito de cidadão, a modernidade confere-lhe uma nova leitura: a identidade específica de cada cidadão e a sua exigência de reconhecimento. Ora, a política local deve continuar a ser exigente em relação ao modo com se relaciona com a identidade de cada cidadão e a com sua exigência de reconhecimento, seja no tratamento administrativo, seja no espaço económico, seja na vivência social, seja nas estruturas culturais.

Aqui chegados, a celebração deste quadragésimo aniversário será também momento de reflexão sobre os novos inícios que prestigiem o espírito democrático de Abril de 74 e que permitam aos eleitos locais de 79 continuarem a reconhecer-se na gestão sensata e ousada da Cidade e do seu Município. Como eles o fizeram.

Concluimos, agradecendo a todos os aqui presentes e saudando a todos os que não puderam aqui estar. Para os que já partiram e se dedicaram ao serviço do Município, desejo que não sejam esquecidos no coração e na oração dos lacobrigenses.

E que a memória democrática do dia 12 de Dezembro de 1976 não se apague, para que a História desse dia se continue a escrever e se não venha nunca a reescrever.

Obrigado pela vossa atenção.

José Alberto Baptista

12/12/2016